



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital n°: **0004253-94.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Leonardo Robson Ribeiro**
Requerido: **ELTON ELIAS TINTA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei n° 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido automóvel ao réu em dezembro/2010, mas ele não o transferiu para o seu nome.

Alegou ainda que o réu também não realizou o pagamento de IPVA e licenciamento relativos a 2012 e 2013, de sorte que promoveu tal quitação porque já estava inscrito na Dívida Ativa por conta disso.

Almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em transferir ao seu nome o veículo aludido, bem como ao recebimento da importância que pagou para ressarcimento dos danos materiais que experimentou.

O réu em contestação reconheceu a compra do veículo, além de ressaltar que ele está na sua posse atualmente.

Não refutou a falta de transferência dele para o seu nome ou o não pagamento de valores que estavam a seu cargo após a aquisição pertinente.

Diante desse contexto, é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, inexistindo controvérsia a respeito dos fatos constitutivos do direito do autor e da obrigação do réu em transferir o automóvel para si e de ressarcir o autor por pagamentos que eram de sua responsabilidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ressalvo, por oportuno, que a produção de prova oral é despendida porque em nada alteraria o quadro delineado, firmado a partir da própria confissão do réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a: 1) transferir para o seu nome o automóvel indicado nos autos no prazo de dez dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado; 2) pagar ao autor a quantia de R\$ 1.070,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelo réu da obrigação imposta (item 1) deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o réu, independentemente de qualquer outra providência.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida (item 2) no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**